



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 621, DE 2012

Senhor Presidente,

INCLUA-SE EM
ORDEM DO DIA
OPORTUNAMENTE.

Em 03/07/12

Armando Monteiro
Pelo Senado Federal

O Projeto de Lei do Senado nº 606 de 2011, que “Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho”, tramita na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em caráter terminativo.

Nos termos do inciso II, do art. 255, alínea “c”, 12, combinado com o inciso V do art. 101, todos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requiero que sobre a matéria seja ouvida também a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, tendo em vista que a proposta em exame estabelece novas regras para a execução trabalhista, portanto, além de ampliar o rol de títulos executivos extrajudiciais e acrescentar à fase de execução o procedimento do processo eletrônico, sob a justificativa de conferir maior celeridade ao processo, o projeto acaba por eliminar direitos mínimos do executado, violando os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, do duplo grau de jurisdição e da segurança jurídica.

Desta forma entendemos, nos termos do RISF, pela necessidade de análise do PLS 606 de 2011 pela CCJ.

Sala das Sessões,

em junho de 2012.

Armando Monteiro
ARMANDO MONTEIRO

Publicado no DSF, em 04/07/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:13065/2012